

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 160612
Classificação
06/06/21
Data 06/06/21

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

06/06/21
[Signature]



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

Por determinação de Sua Excelência o
Presidente da A.R. 2 DAPLEN

Requerimento

N.º 2345/X (1a) - AC

06.06.21
[Signature]

Assunto: Conservação e utilização do Forte da Graça, em Elvas.

Autora: Ana Drago.

Dirigido a: Ministro da Defesa

Data: 21 de Junho de 2006.

O Forte da Graça localiza-se a cerca de um quilómetro a norte da cidade de Elvas, em posição dominante sobre o chamado *Monte da Graça*, integrando a defesa da Praça-forte de Elvas, que complementava.

No século XVII, a posição estratégica do *monte da Graça*, ocupada por tropas espanholas no contexto da Guerra da Restauração da Independência portuguesa, durante cerco a Elvas (1658-59), custou caro a Portugal, pois a sua posição estratégica foi aproveitada pelo exército castelhano para bombardear a localidade, provocando milhares de baixas. Um século mais tarde, durante a Guerra dos sete anos (1756-63), a cidade sofreu novo sítio em 1762. Aprendendo com o sucedido, sob o reinado de D. José, o Marquês de Pombal chamou o Marechal Conde de Lippe para reorganizar o Exército português, tendo este determinado a elaboração de planos para a modernização daquela cidade e para a sua defesa e fortificação.

hand ref

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

Os trabalhos do Forte da Graça iniciaram-se em 1763, estendendo-se até ao reinado de D. Maria I, que a inaugurou em 1792, com o nome de *Forte Conde de Lippe*. Tal fortificação revelou-se de extrema importância militar, tendo resistido às tropas espanholas durante a chamada *Guerra das Laranjas* (1801) e, mais tarde, no contexto da *Guerra Peninsular*, às tropas do general Soult, que a bombardearam em 1811, não chegando a tomá-la, no entanto.

O forte da Graça serviu, mais tarde, como prisão militar, tendo sido desactivado em 1989, cessando toda a sua actividade no dia 1 de Julho desse ano. O então comandante da unidade, Major de Cavalaria José César Restolho Mateus, em declarações à imprensa regional referiu na altura que “É mais uma unidade militar atirada ao ostracismo, ao abandono, à ruína”. Infelizmente, as declarações deste responsável militar vieram a revelar-se completamente acertadas, pois quem hoje visita o forte da Graça não pode deixar de sentir-se um pouco revoltado e descrente com o funcionamento das instituições do nosso país com o actual estado de degradação a que chegou tão belo e importante edifício, quer histórica e culturalmente, como esteticamente.

O Bloco de Esquerda considera que o abandono a que foi votada esta importante obra de engenharia militar representa uma omissão gravíssima dos responsáveis políticos, constituindo, infelizmente, apenas mais um exemplo da completa ausência de política de defesa do riquíssimo património histórico-cultural do nosso país.

Quem hoje visitar o Forte da Graça, para além da inevitável estupefacção pela degradação de um edifício com belíssimos pormenores arquitectónicos, não pode deixar de ficar surpreendido com a aposição de uma placa, ao lado da porta principal, da responsabilidade do extinto Ministério das Cidades, onde se anunciam verbas para uma suposta recuperação do edifício que, podemos

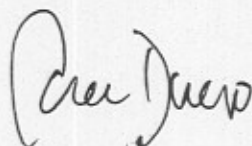
constatar numa outra placa aposta por cima da porta principal, estaria entregue a uma empresa da Extremadura espanhola.

Sem entrarmos em comentários de algum anacronismo de índole nacionalista, não deixa de ser espantoso que, de acordo com o constante nessa placa informativa da responsabilidade do Governo português, havendo verbas já destinadas para a recuperação do edifício, decorridos mais de três anos sobre tal facto, nada ainda se tenha feito, continuando o Forte da Graça a sua inexorável deterioração provocada pelo desleixo a que está destinado.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, requer-se ao Ministro da Defesa as seguinte informações:

- Tem conhecimento da situação específica do Forte da Graça, em Elvas?
- Está planeado alguma acção de recuperação do edifício?
- As informações constantes da placa informativa da responsabilidade do anterior Governo são fidedignas, estando, conseqüentemente, afectadas verbas para a recuperação do edifício?
- Qual o destino que pretende para tão, histórica e culturalmente, importante obra de engenharia militar?

A deputada do Bloco de Esquerda,



Ana Drago.